

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 108.446 - MG (2019/0046358-0)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
RECORRENTE : TIAGO LOPES DA SILVA (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por **Tiago Lopes da Silva** - preso preventivamente pela prática, em tese, do delito de furto qualificado -, em que aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça de Minas Gerais, que denegou a ordem no *writ* ali impetrado, mantendo a prisão preventiva decretada pelo Juízo de Direito da Vara Criminal da comarca de Pará de Minas/MG (Processo n. 0471.18.008628-5).

Alega o recorrente, em síntese, ausência de fundamentação da decisão que decretou sua prisão preventiva.

Postula, então, o conhecimento e provimento liminar do recurso, a fim de que o recorrente aguarde em liberdade o julgamento de mérito do presente recurso.

É o relatório.

O deferimento de liminar em *habeas corpus* é medida de caráter excepcional, cabível apenas quando a decisão impugnada estiver eivada de ilegalidade flagrante, demonstrada de plano, principalmente como no caso, em se tratando de recurso ordinário.

Em juízo de cognição sumária, afigura-se inviável acolher-se a pretensão, porquanto, o Magistrado singular, ao decretar a medida extrema, destacou a periculosidade do agente ao afirmar que *em que pese a primariedade dos autuados, há nos autos notícias de que eles formam quadrilha especializada na prática de crimes contra o patrimônio [...]* (fl. 31),

razão pela qual não vislumbrei o *fumus boni iuris* necessário à concessão da tutela de urgência.

Ademais, a motivação que ampara o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito do recurso, devendo o caso concreto ser analisado mais detalhadamente quando da apreciação e do seu julgamento definitivo.

Com essas considerações, não tendo, por ora, como configurado constrangimento ilegal passível de ser afastado mediante o deferimento da liminar ora pretendida, com manifesto caráter satisfativo, **indefiro-a**.

Solicitem-se informações ao Juízo singular acerca do atual andamento da ação penal.

Após, ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Brasília, 18 de fevereiro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator